

Universidade Federal de Viçosa

Departamento de Geografia

Iuri Freitas Paglioto

Praça Pública: O Lugar Público enquanto Patrimônio Cultural

Uma análise da Praça Gomes Freire em Mariana-MG

Viçosa – Minas Gerais

2015

Iuri Freitas Paglioto

Praça Pública: O Lugar Público enquanto Patrimônio Cultural

Uma análise da Praça Gomes Freire e seu lugar como patrimônio cultural

Monografia, apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia

Viçosa – Minas Gerais

2015

Folha de Aprovação

Iuri Freitas Paglioto

Praça Pública: O Lugar Público Enquanto Patrimônio Cultural

Uma análise da Praça Gomes Freire e seu lugar como patrimônio cultural

Monografia, apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Professor Leonardo Civale (orientador)

Professora Walkíria Maria de Freitas Martins

Professor Gustavo Soares Iorio

Agradecimentos

Ao pensar sobre a realização deste trabalho, um fator que se mostrou imprescindível foi o tempo.

Nada do que aqui foi feito, seria possível, sem todo o tempo que *minha mãe e meu pai* dedicaram, com amor, para que eu pudesse estar aqui hoje.

Sem o tempo que *minha irmã* ocupou em ser leitora crítica e atenta, desde as primeiras palavras. Ou que *meu irmão* dividia as experiências de um café e um tempo de prosa.

O que é mais importante que o tempo de estar em família, compartilhando caminhos com tios e tias, primos, primas e agregados.

Do que os bons tempos em que estive no canto da minha *vó Pingo*, responsável por me manter em contato com o objeto de estudo deste trabalho e a quem o dedico com carinho.

Ao Professor *Leonardo Civale*, por dispor de seu tempo para me orientar e sempre me fazer acreditar que concretizar meus objetivos era uma questão de tempo. E aos demais professores e funcionários do Departamento de Geografia, pelo tempo que estivemos juntos neste lugar de aprendizado.

Aos colegas de trabalho na DMT, Juliana, Júlio e Rafa, e todos os outros, por permitir que o trabalho aconteça no mesmo tempo da amizade.

E aos amigos de todo o tempo, Manoel, Gagá, Gregori, Higor, Fabi, Alexandra, Luciana, Lacerda e tantos outros que dividiram comigo os tempos de Viçosa.

Aos amigos de Barra Longa e Mariana, que me ajudaram, cada um a seu tempo, a concretizar este trabalho

Em especial a *Roberthinha*, por estar, a todo tempo, me fazendo ser alguém mais feliz!

Muito obrigado!

“Comece pelo começo, disse o Rei muito sério, e continue até chegar ao fim, então pare”

- Lewis Carroll – Alice no País das Maravilhas -

RESUMO

O debate contemporâneo a respeito do conceito de patrimônio cultural vem caminhando no sentido de traçar novos preceitos para compreendermos os bens que testemunham o desenvolvimento das sociedades, buscando suprir as lacunas deixadas pela dicotomia entre as faces material e imaterial do patrimônio. No entanto, definir claramente o que deve ser preservado ainda é motivo de questionamentos. Este trabalho foi pensado no intuito de contribuir com os estudos a este respeito e aponta para a Praça Pública como representante completo da construção cultural na urbe. Apoiado na definição de praça como lugar público, utilizamos do escopo teórico da Geografia Cultural para discutir a representatividade simbólica das Praças Públicas em relação à sociedade em que está inserida. Para tanto, fomos ao encontro da Praça Gomes Freire em Mariana-MG, abordamos sua consolidação como espaço destinado ao encontro e à convivência na cidade e examinamos sua relação com as formas mais comuns de delimitar o patrimônio. Por fim, aventamos novas possibilidades de percepção sobre quais valores podem ser observados para uma análise mais complexa do patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Praça Pública, Lugar Público, Praça Gomes Freire

ABSTRACT

The contemporary debate about the concept of cultural heritage has advanced into tracing new precepts to comprehend the goods that witness the development of a society, searching to fill the gaps left by the dichotomy between the material and immaterial faces of that heritage. However, to clearly define what should be preserved still a challenging task and a source of questions. This study aims to contribute with this debate taking the “Public Square” as a complete representative of the *urbe* cultural construction. Supported by the definition of square as a public space, the theoretic scope of Cultural Geography is used to discuss the symbolic representativeness of Public Squares in relation to the society in which it is inserted. For this, we studied the Praça Gomes Freire (Gomes Freire Square) in Mariana - city in the state of Minas Gerais, Brazil -, addressing its consolidation as a space destined to the meeting and acquaintanceship in the town and examining its relations with the most common forms of delimiting the cultural heritage. After, we suggest new possibilities of perceptions about which values could be observed to a more comprehensive analyses of the cultural heritage.

Keywords: Cultural Heritage, Public Square, Public Place, Praça Gomes Freire (Gomes Freire Square)

Lista de Figuras

Figura 1: Praça de Alimentação.....	13
Figura 2: Largo das Cavalhadas	24
Figura 3: Evento religioso na Praça da Sé, antigo Largo da Matriz	25
Figura 4: Representação da antiga Praça do Pelourinho, hoje Praça Minas Gerais	26
Figura 5: Localização das Praças Gomes Freire, Minas Gerais e Praça da Sé.....	27
Figura 6: Localização das Praças Gomes Freire [1], Minas Gerais [2] e Praça da Sé [3, em frente à igreja].....	27
Figura 7: Praça da Independência.....	28
Figura 8: Praça da Independência após terminar o ajardinamento	29
Figura 9: Planta Humanizada da Praça Gomes Freire	30
Figura 10: Banda mirim na Praça da Independência.....	31
Figura 11: Coreto do Jardim de Mariana	32
Figura 12: Solenidade de inauguração do busto do Dr. Gomes Freire	33
Figura 13: Praça Gomes Freire, década de 1950	34
Figura 14: Desfile de carnaval - Praça Gomes Freire.....	35
Figura 15: Praça Gomes Freire, espaço de contemplação	37
Figura 16: Praça Gomes Freire, espaço de convivência.....	37
Figura 17: Praça Gomes Freire, espaço de lazer e movimento	38
Figura 18: Espaço do momento desfrutado	38
Figura 19: Praça Gomes Freire, espaço da permanência e do encontro	39
Figura 20: Praça Gomes Freire, espaço de meditação.....	39
Figura 21: Espaço de reflexão	40
Figura 22: Espaço para o lazer diverso.....	40
Figura 23: Carnaval na Praça Gomes Freire.....	41
Figura 24: Encontro Universitário de Danças Folclóricas 2013.....	41
Figura 25: Encontro de Bandas, Festival da Vida 2014	42
Figura 26: Encontro Internacional de Palhaços, 2014.....	42
Figura 27: Inauguração da iluminação de natal, 2014.....	43
Figura 28: Apresentação cultural, programação Festival de Inverno Ouro Preto e Mariana, julho 2012	43
Figura 29: Dia das Crianças, outubro 2013	44
Figura 30: Folia de reis, dezembro 2014	44
Figura 31: Marcas da presença na Praça Gomes Freire.....	46
Figura 32: Marca do consumo na/da Praça Gomes Freire	46
Figura 33: Expressão do pertencimento	47
Figura 34: Marca do reconhecimento e registro	47
Figura 35: Expressão dos novos usos	48
Figura 36: Bebedouro remanescente do antigo Largo das Cavalhadas	51
Figura 37: Chafariz situado à Praça Gomes Freire.....	51
Figura 38: Bloco infantil de carnaval no coreto da Praça Gomes Freire, década de 1950.....	52
Figura 39: Exposição do projeto Moradores (2014) na Praça Gomes Freire	54
Figura 40: Projeto Moradores (2014), pessoas "reconhecendo" pessoas na Praça Gomes Freire	54

Sumário

Introdução	9
1. A Praça	12
1.1. Praça Pública: espaço de convivência e cultura.....	13
1.2. A “dessañificação” do espaço público e a importância da preservação da praça	14
2. Patrimônio Cultural: reconhecendo <i>lugares</i>	17
2.1. A relação entre <i>lugar</i> e <i>cultura</i>	20
3. De <i>Largo</i> a <i>Jardim</i> : Processos de (re)significação da Praça Gomes Freire	23
3.1. O Largo das Cavalhadas: ocupação popular	23
3.2. Praça D. João V: transição	26
3.3. A Praça da Independência: ecletismo e contradições	28
3.4. A Praça Gomes Freire no século XX: novos paradigmas	32
4. Praça Gomes Freire, lugar público e patrimônio cultural	36
4.1. O <i>lugar</i> público	36
4.2. Praça Gomes Freire como patrimônio cultural	49
Considerações Finais	56

Introdução

Na intenção de contribuir para superar a cisão, estranha à realidade, entre patrimônio material e imaterial, entramos em contato com o conceito de patrimônio cultural e nos deparamos com o seguinte questionamento: O que tem legitimidade para ser classificado como patrimônio cultural de uma cidade?

Vivemos em um tempo onde o efêmero e o descartável parecem permear todos os aspectos sociais. Mas, toda ação gera uma reação. O ritmo acelerado das grandes cidades e a sede pela novidade contrastam com a recente valorização dos espaços considerados testemunhos da história e da formação de uma sociedade. E foi para participar dos debates que cercam a pergunta apresentada, que voltamos nosso olhar para a Praça Pública.

O termo praça, apesar de ser bastante comum em nosso dia-a-dia, - podemos vê-lo em músicas, programas de televisão, nos *shoppings centers*, entre outros locais que recebem esta nomenclatura – não é simples de ser definido enquanto conceito. Na literatura científica os estudos e diálogos sobre estes espaços em nossas cidades se concentram em sua forma ou nas disputas pelo domínio territorial. Pouco de sua relação com a construção cultural de nossa sociedade é difundido pela ciência. Entretanto, a descrição do termo “praça” nos dicionários da língua portuguesa, guarda em si um entendimento que vai além do senso comum e nos ajuda a compreender a importância da existência destes espaços na malha urbana. A saber:

Praça – sf. 1. **Lugar público cercado de edifícios; largo.** 2. Mercado; feira. 3. O conjunto das casas comerciais duma cidade; o seu comércio. 4. Aquele que, na hierarquia militar (q.v.), fica abaixo de segundo-tenente. 5. Vila ou cidade fortificada. 6. Alarde, ostentação. Sm. 7. Bras. Soldado de polícia. S2g. 8. Militar sem graduação ou posto. (FERREIRA, 2001.)

Definir a praça como lugar público nos aponta os caminhos que podem ser traçados para ampliar as discussões a respeito deste tema. O entendimento de que lugar é uma categoria do pensamento geográfico indica à luz de que ciência o tema pode ser abordado e a adjetivação deste conceito demonstra a especificidade pela qual a análise das praças deve ser observada.

Em Geografia, o conceito de lugar pode ser compreendido basicamente sobre duas óticas. A visão da Geografia Clássica, intrincada nos preceitos positivistas, denota ao conceito de lugar um sentido estritamente locacional usado para diferenciar um lugar do outro ou para localizá-lo no espaço. Já a corrente Humanista-Fenomenológica coloca o lugar como o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido, aquela porção do meio onde existe uma relação de identidade, onde existe a percepção de pertencimento (HOLZER, 1999; CARLOS,

2007). Portanto, se a Praça Pública é um lugar público como o dicionário diz, entendemos que esta é, não somente um marco locacional, mas, sobretudo, o local da cidade onde o espaço público é vivido, onde identidades são formadas e os agentes sociais se reconhecem.

Veja que não é difícil entender a praça como espaço público vivido. A própria definição de espaço público nos permite fazer tal leitura. Para Ângelo Serpa (2011, p.9), o espaço público “é visto, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”. Ou seja, o espaço público é, sobretudo, um espaço de convivência onde a vida cotidiana se reproduz. Neste ínterim, as noções de lugar público e espaço público se confundem, mesmo por que, como coloca Holzer (1999, p.74), “por constituir um centro de significados espaciais pessoais ou intersubjetivos o lugar não possui escala definida”.

Então, por que pensar a praça como patrimônio cultural? Entendemos que, por ser a praça um lugar público, nela podemos observar o desenvolvimento cultural de uma cidade. Aqui, a ideia de lugar público serve para demonstrar a especificidade destes espaços urbanos. “Se for certo que o adjetivo ‘público’ diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo” (SERPA, 2011, p.16). Nas palavras de Serpa, temos a compreensão de que os lugares públicos são espaços de apropriação simbólica, onde o seu significado e participação devem ser compartilhados pela sociedade. E é por compreender que cultura é uma construção coletiva, resultante dos conflitos e encontros entre os sujeitos sociais, que consideramos a Praça Pública como um dos legítimos representantes do patrimônio cultural.

Assim, ao propormos o reconhecimento da Praça Pública como uma manifestação do patrimônio cultural, buscaremos identificar de que maneiras a cultura se apresenta neste espaço público e compreender o caráter simbólico e intersubjetivo inerente a este local. Procurando demonstrar sua importante função como local de encontro e valorizar sua existência na malha urbana das cidades contemporâneas, iremos nos apoiar na ideia de patrimônio cultural como recurso de identificação e afirmação das identidades coletivas e das memórias sociais.

Como forma de embasamento empírico da nossa proposição, iremos exemplificar a discussão por meio de uma análise da Praça Gomes Freire, na cidade de Mariana-MG. Sendo parte constituinte do dito centro histórico de Mariana, a Praça Gomes Freire é um dos marcos espaciais que corroboram para o tombamento da cidade como Monumento Nacional. No

entanto, apesar de sua preservação estar condicionada principalmente ao pertencimento a um padrão estético e a um tempo histórico, o que procuramos trazer é uma leitura sobre sua importância enquanto lugar de desenvolvimento cultural a partir do encontro e da convivência.

Dessa forma, este trabalho se dividirá em três momentos complementares. No primeiro deles, nos aprofundaremos na definição de Praça Pública debatendo seu papel de espaço público vivido, que privilegia o encontro e a convivência entre os habitantes da cidade. Em um segundo momento, iremos compreender o conceito de patrimônio cultural. A partir da relação entre os conceitos de *cultura e lugar*, procuramos reconhecer na Praça Pública sua importância para o desenvolvimento cultural da sociedade. Por fim, iremos realizar a análise da Praça Gomes Freire. Com base na sua história e nos conceitos inseridos ao longo do texto, como lugar público e bem cultural, realizamos um trabalho de observação participativa, ilustrado com o uso de fotografias, fragmentos de textos, mapas e outras formas de representação do espaço, para demonstrarmos as relações socioespaciais que representem simbolicamente a construção cultural materializada na Praça Pública. À guisa de conclusão, tecemos nossas considerações finais discorrendo sobre a linha de raciocínio adotada no trabalho que culmina na escolha da Praça Gomes Freire como exemplo contraditório de compreensão sobre o patrimônio cultural. Assim, novos questionamentos podem ser feitos e novas facetas podem ser observadas em relação ao que entendemos como patrimônio cultural.

1. A Praça

O termo praça, hoje, é utilizado de forma tão generalizada que, muitas vezes, não comporta toda a complexidade que este conceito adquiriu ao longo da história. Na letra da música *A praça*, composta por Carlos Imperial, por exemplo, mesmo que não seja esta a intenção do autor, podemos ter a impressão que uma praça é sempre igual, um cenário imutável e inerte, sem relação com o desenvolvimento da cidade:

A **mesma praça**, o **mesmo banco**
As **mesmas flores**, o **mesmo jardim**
Tudo é igual, mas estou triste
Porque não tenho você
Perto de mim¹

Algumas vezes, uma visão romantizada da praça parece estar arraigada no imaginário coletivo. Esta seria um espaço pitoresco, das brincadeiras infantis e dos encontros românticos. Os versos lusitanos de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, que pertencem a um poema também intitulado *A Praça* ilustram esta percepção:

A praça da Figueira de manhã,
Quando o dia é de sol (como acontece
Sempre em Lisboa), nunca em mim esquece,
Embora seja uma memória vã.²

Porém, outros espaços bem distintos também acabam por ser conhecidos como praças. Veja o exemplo da praça de alimentação de um *shopping center*. Apesar de se diferenciar de outros locais no centro comercial, em muito pouco se assemelha à visão bucólica do exemplo apresentado acima, mas também, pouco se apresenta como espaço plural.

¹ Trecho da música *A Praça* de Carlos Imperial. Disponível no sítio: <http://letras.mus.br/ronnie-von/48706/>, acessado em 20 de abril de 2015 (grifo nosso)

² Trecho do Poema *A Praça* de Álvaro Campos. Disponível no sítio: <http://www.citador.pt/poemas/a-praca-avaro-de-camposbrbheteronimo-de-fernando-pessoa> em 28 de abril de 2015



Figura 1: Praça de Alimentação³

Neste capítulo, “para definir com maior clareza as praças e suas funções na vida urbana brasileira, consideramos duas premissas básicas, o uso e a acessibilidade do espaço” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.17). Assim, iremos diferenciar a Praça Pública de outros espaços urbanos, evidenciando nela o que entendemos por sua função principal: a de espaço público da convivência e da construção cultural.

1.1. Praça Pública: espaço de convivência e cultura

Robba e Macedo (2002), no livro “Praças Brasileiras”, definem o termo *praça* da seguinte forma: “Praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.17).

Esta descrição serve para que se destaque a Praça Pública de outros locais da malha urbana – ruas e parques, por exemplo -, como também possibilita demonstrar que espaços distintamente nomeados ao longo da história, como rossios, largos, jardins, pátios e terreiros, também fazem parte do escopo que se traduz na ideia de Praça Pública na atualidade. No entanto, Segawa (1996) nos alerta que este emaranhado de nomenclaturas é algo mais recente na história dos espaços. “A praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do parque públicos,

³ Imagem disponível em: http://www.diamondmall.com.br/style/img/M_praça-de-alimentacao.jpg, acesso em 28 de maio 2015

criações efetivamente materializadas – enquanto espaços públicos urbanos – a partir do século XVII” (SEGAWA, 1996, p.31).

Na visão defendida por Robba e Macedo (2002) e discutida por Segawa (1996), o que conhecemos hoje como Praça Pública é uma amalgama dos variados tipos de espaços públicos urbanos que foram sendo definidos ao longo da história. Mesmo assim, apesar da divergência entre os autores, todos concordam que uma praça é um espaço público destinado à convivência e ao lazer dos habitantes urbanos (ROBBA e MACEDO, 2002, p.15). Ou seja, a praça é o espaço cuja função primeira é a de juntar as pessoas, de favorecer as trocas entre os diferentes agentes sociais.

Magnoli (2002) reforça nossa compreensão sobre a importância da praça enquanto espaço do encontro e da construção cultural quando afirma que este é o lugar mais democrático do urbano. “É nos espaços privilegiados das praças das cidades que vem à luz a multiplicidade da sociedade, seus dramas, o confronto entre direitos de cidadania. Condensam-se as diferentes experiências sociais, exacerbam-se os conflitos, percepções e ambiguidades: o todo reitera-se em suas partes” (MAGNOLI, 2002, p.10).

Contudo, o arquiteto Paulo Casé (2000) é o que melhor resume o ponto de vista adotado neste trabalho em relação a reconhecer na praça a representação da cultura e das identidades de uma cidade. Ele diz:

Este espaço público, síntese da cultura urbana de uma comunidade, traduzida em símbolos materializados em sólidos, se constitui num legado pleno de ensinamentos e exerce a função insubstituível de aglutinador do encontro e da convivência. Ela funciona como uma assembleia, onde se desenvolve a consciência da comunidade. (CASÉ, 2000, p.56)

Apesar da reconhecida importância destes espaços para a convivência urbana e para o desenvolvimento cultural das cidades, a praça vem sendo destituída do significado de espaço público destinado à convivência, sendo substituída na configuração dos espaços urbanos atuais por espaços nem sempre plurais, nem tão significativos ao encontro entre as diferenças.

1.2. A “dessañificação” enquanto espaço público da convivência e a importância da preservação da praça

“É o fim da praça. Ela não é mais o foco gerador da informação para a sociedade”. Esta é uma frase do arquiteto Paul Virilio, trazida por Paulo Casé (2000, p.63), que serve de alerta sobre as pressões que os espaços públicos de convivência estão sendo submetidos.

“Observa-se nas cidades brasileiras, uma crônica falta de manutenção dos espaços públicos” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.49). O ambiente livre das praças vindo sendo, muitas vezes, tratado com descaso, tornando-os espaços abandonados, dedicados a toda sorte de contradições da sociedade contemporânea.

Como vimos, a Praça Pública é uma síntese da urbe. “O aumento do volume do tráfego de veículos e de pessoas, a escalada da violência, a degradação progressiva do ecossistema urbano e da qualidade de vida [...] são alguns dos problemas que se abateram sobre nossas maiores cidades” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.41), afastando os habitantes dos ambientes livres e públicos. “Sem usuários, o espaço público perde seu significado” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.49).

Na tentativa de minimizar a obstrução dos intensos fluxos de pedestres nas cidades contemporâneas, os espaços públicos abertos vêm sendo transformados em área de passagem, perdendo, assim, seu ideal de permanência e seu espírito aglutinador, empurrando para espaços não-públicos - leia-se *shoppings centers*, com suas praças de alimentação, como vimos, ou os novos parques urbanos, por exemplo - a convivência, o ato de gente querer ver e falar com gente. Em relação aos espaços não-públicos:

Para retomar os exemplos dos novos parques públicos, pode-se afirmar que as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço. [...] O parque público é um espaço aberto à população, acessível [físicamente] a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Esse processo é [...] o resultado de uma concepção do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado. (SERPA, 2011, p.36 e 37)

O que diferencia, então, o parque da praça, é justamente a múltipla personalidade que esta encerra. Nas palavras de Serpa (2011), podemos perceber que, apesar de ser um espaço aberto ao público, a função urbana do parque não é a do encontro e da convivência espontânea entre seus frequentadores, mas sim ser cenário. Desligado da simbolização social de construção coletiva que a praça é submetida, ele perde em significado cultural para a comunidade. Não por acaso, esses espaços geralmente possuem horário de funcionamento, são cercados e possuem regras bastante claras de comportamento.

É preciso que as praças mantenham (ou, em alguns casos não raros, recuperem) o diferencial de ser um lugar de convivência, seu caráter acessível e o sentido de espaço inteiramente público, como foi dito, de divulgador da informação e da cultura.

Para que a *ágora* contemporânea supere a condição de mera ocorrência paisagística, fato que reduz seu significado urbano, deve ser reinterpretada, tornando-a capaz de reproduzir novas formas de identidade, de desenvolver uma dimensão estética evoluída e de, não obstante, reter a memória urbana. [...]. Democrática, ela deve permitir o livre acesso em todo o seu contorno, ser permeável, consentindo seu cruzamento nas diferentes direções, ser transparente, liberando a visão para o seu entorno e ser rica em referências, surpresas e mistérios, oferecendo uma leitura inovadora. Pertencente e realizada em nome de uma comunidade, tem seu conceito e suas formas inspiradas no espírito e na matéria de um homem particular. **A relação espaço-sociedade será a marca de seu tempo.** (CASÉ, 2000, p.64 – grifo nosso)

É por isso que entendemos como importante a afirmação da Praça Pública como símbolo de uma cultura. Os espaços das Praças Públicas, “bem-mantidos e bem-cuidados – em todos os seus aspectos, como projeto, vegetação, equipamentos -, vão englobar todas as suas funções: sociais, estéticas e ambientais, caracterizando-se como trecho atraente do tecido urbano ao usuário comum, um espaço intrinsecamente público, que congrega e sintetiza a vida na cidade” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.49).

O que se pretende preservar assumindo a ideia da Praça Pública como patrimônio cultural não é somente o seu espaço físico, mas, sobretudo, sua representação simbólica, que traz significado à existência de um espaço público e à experiência de vivenciá-lo. As transformações físicas do espaço ao longo dos tempos devem ser observadas à luz de não permitir a destituição deste espaço de seu caráter público. Fora isso, podem ser encaradas até com certa naturalidade, a fim de contextualizar este espaço em novos tempos, conseguindo assim manter suas características culturais. Afinal: “Os núcleos urbanos preservados são cidades como todas as outras, complexas, dinâmicas, simbólicas. Reduzi-los a objetos estanques, a ‘obras de arte’ constitui, hoje, um equívoco que pode acabar por matar os próprios valores a serem preservados” (SIMÃO, 2001, p.59).

2. Patrimônio Cultural: reconhecendo *lugares*

As definições do que vem a compor o patrimônio cultural de uma determinada sociedade vem sofrendo inúmeras transformações desde que as primeiras discussões começaram, ainda no século XIX, na Europa, e começo do século XX no Brasil (SIMÃO, 2001; CARSALADE, 2002). Atualmente as opiniões vêm convergindo para uma posição mais ampla, dinâmica e complexa, que inclui em seu centro as materialidades, imaterialidades e os bens naturais (RANGEL, 2002).

A Constituição Brasileira descreve patrimônio cultural da seguinte maneira:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade**, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, **nos quais se incluem:**

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – **os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.** (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 – grifo nosso)

Apesar de definir legalmente, o texto da Constituição não dá conta sozinho de toda a complexidade que envolve o termo patrimônio cultural.

Ampliando esta concepção, a Carta de Washington (ICOMOS, 1986), como trazida por Rangel (2002, p.19), explica que valor histórico “não é apenas o que é antigo ou que foi produzido no período colonial”. Já que todas as cidades são expressões materiais da diversidade das sociedades, são todas, portanto, históricas. Grunberg (2007, p.4) ainda completa dizendo que patrimônio cultural “são todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando [...] são também os que se produzem no presente como expressão de cada geração”.

Não se entende mais o patrimônio cultural como peça de museu apartada do cotidiano das populações, mas como instrumento de construção viva das realidades pessoais e de seu entendimento no mundo. (CARSALADE, 2002, p.76)

Está claro, para nós, que o conceito de patrimônio cultural não deve ser tomado como simples sinônimo de patrimônio histórico, nem tão pouco ser subdividido em patrimônio material, imaterial e natural. Mas, a ideia de que este termo engloba todas essas nomenclaturas, demonstrando-se mais completo e mais complexo, parece ainda ser motivo de confusão num âmbito mais geral.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - buscou superar estas formas de pensar sobre os bens culturais, ao criar o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC⁴ –, sugerindo a adoção do conceito de referência cultural. “Operando com o conceito de referência cultural, o INRC supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tomando-os como faces de uma mesma moeda: a do Patrimônio Cultural” (SANT'ANA, 2009, p.56). Mas, ainda assim, o termo patrimônio cultural é o que permanece em amplo uso.

Contudo, a elaboração de um novo instrumento e um novo conceito de reconhecimento dos bens que constroem a nossa cultura só vem reforçar a importância de termos novos olhares sobre nossa construção social, identificando outras formas de percebê-la.

Era preciso aprofundar as reflexões e experiências anteriores, no sentido de tentar superar antigos impasses – como a (falsa) dicotomia entre os bens de pedra e cal e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano – e evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e **identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação.** (IPHAN, 2000, p.07 – grifo nosso)

Em suma, o patrimônio cultural, “trata-se de um ‘fato social total’, na medida em que envolve arquitetura, culinária, música, religiões, rituais, técnicas, estéticas, regras jurídicas, moralidade”, além dos aspectos ideais e subjetivos “no sentido de registrar estas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações” (GONÇALVES, 2009, p.28 e 29). É, portanto, uma forma de registro dos valores e das ações sociais responsáveis pelo desenvolvimento da cultura, afim de compreendê-los e transmiti-los.

Cíntia Nigro (2005) aponta que esta compreensão mais atual do termo, trouxe uma ampliação tipológica, cronológica e geográfica ao conceito de patrimônio. Passou-se a reconhecer como patrimônio bens cada vez mais diversificados, diferentes períodos históricos e “não apenas os edifícios isolados, mas também conjuntos edificadas, bairros, vilarejos, cidades, sítios arqueológicos e naturais” (NIGRO, 2005, p.168).

4 O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. (IPHAN, 2015)

A nós importa especialmente debater a ampliação geográfica apresentada. A este respeito, podemos observar três formas principais de idealização dos bens a serem preservados: O monumento, o centro histórico e o território urbano (NIGRO, 2005).

O monumento é caracterizado como algo que se sobressai visualmente em um conjunto, é o excepcional. É localizado, mas, muitas vezes, fica descontextualizado de seu entorno. É a forma mais comum, e que se concentram os primeiros locais de delimitação do patrimônio. Os centros históricos surgem como noção de preservação após a Segunda Guerra Mundial, num esforço de conservação dos conjuntos edificados que simbolizam a “origem” histórica de uma cidade (NIGRO, 2005, p.168).

Na visão contemporânea do patrimônio, a questão dos conjuntos urbanos surge com forte presença norteadora. Não se coloca mais o edifício isolado como o mais importante, **mas privilegiam-se** as relações de entorno e **as paisagens urbanas** coesas que referenciam o tempo histórico e ambientam as cidades, contribuindo para a identidade de seu povo. (CARSALADE, 2002, p.75 – grifo nosso)

Já o território urbano, segundo aponta Guy di Méo (*apud* NIGRO, 2005), oferece grande correspondência com o conceito de patrimônio por sua natureza material/ideal, que “só podem existir a partir de uma apropriação coletiva que lhes atribui significações e que é expressa em uma base espacial” (NIGRO, 2005, p.169).

Os significados de fato não pairam no vazio. Eles possuem sempre uma contrapartida material da qual são indissociáveis, o chamado significante. Uma estrutura arquitetônica informa sobre o modo de vida de seus habitantes, assim como **as atividades cotidianas inscrevem sentidos no espaço aberto construindo lugares e territórios reconhecíveis**. (IPHAN, 2000, p.29)

No entanto, a compreensão da complexidade do termo patrimônio cultural, da maneira como foi apresentada, nos permite tecer novos questionamentos sobre a representatividade social dos bens culturais.

Na medida em que a concepção de patrimônio “deixou de se ater, apenas, às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida no exercício da cultura e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades” (CARSALADE, 2002, p.76), entendemos que a ideia de um *lugar cultural* se relaciona melhor com o conceito de patrimônio cultural, por expressar mais claramente as relações cotidianas da convivência e do encontro nos espaços urbanos, “contribuindo social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais” (ABREU e CHAGAS, 2009, p.13).

Como demonstração da apropriação coletiva e construção de significados sociais, o conceito de lugar abriga em si as intersubjetividades que, se não evidenciam as disputas sobre

o espaço, privilegiam os encontros e a convivência entre os diferentes sujeitos sociais que dividem o mesmo espaço. Dessa forma, como diz Simão (2001, p.60): “Faz-se necessário, ainda, que trabalhem[os] para que a população resgate o gosto pelo lugar e o entendimento do referencial que é guardado na cidade”.

2.1. A relação entre *lugar e cultura*

Qual é a definição de cultura? Recorrendo novamente ao dicionário temos que:

Cultura: sf. 1. Ato, efeito ou modo de cultivar. **2. O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais, etc., transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade.** 3. O conjunto dos conhecimentos adquiridos em determinado campo. 4. Criação de certos animais, esp. microscópicos: cultura de germes. (FERREIRA, 2001 – Grifo nosso)

A descrição destacada carrega em si duas concepções de grande relevância à compreensão do termo. Primeiramente, ela mostra o conceito como um “complexo de padrões” para, em seguida, colocar que este é “transmitido coletivamente”. Ou seja, a ideia de cultura denota pluralidade tanto de ideias quanto de sujeitos. A cultura de uma comunidade está na capacidade desta em compartilhar, com os diferentes grupos que lhe dão forma, uma experiência.

José Luiz dos Santos, no livro “O que é Cultura”, diz o seguinte: “Vejam pois que a discussão sobre cultura pode nos ajudar a pensar sobre a nossa própria realidade social. De fato, ela é uma maneira estratégica de pensar sobre nossa sociedade, e isso se realiza **de modos diferentes e às vezes contraditórios**” (SANTOS, p.12 – grifo nosso).

Ao não excluirmos o contraditório, podemos conceber a cultura como uma forma de resolução entre conflitos e encontros. Pensar em cultura é pensar dialeticamente também porque “a cultura mantém relações complicadas com a sociedade de que faz parte. Ela é produto dessa sociedade, mas também ajuda a produzi-la, tanto porque está ligada à manutenção de concepções e de formas de organização e de vida, quanto porque está ligada à transformação destas” (SANTOS, p.45).

Conforme nos diz Roberto Lobato Corrêa (2005 e 2007), a Geografia começou a se interessar pela dimensão cultural dos espaços urbanos a partir da década de 1970. Busca-se a partir daí uma leitura das formas e padrões de organização socioespaciais que preconiza a espacialidade das dinâmicas culturais nas cidades. Jackson (1989 apud Corrêa, 2005) diz que as culturas são

[...] mapas de significados, por meio dos quais o mundo se torna inteligível. As culturas não são simplesmente sistemas de significados e valores que temos em nossas mentes. Tornam-se concretas por intermédio de padrões de organização social. A cultura é o modo pelo qual as relações sociais de um grupo são estruturadas e modeladas: **mas é também o modo como aquelas formas são vivenciadas, entendidas e interpretadas** (JACKSON, 1989 *apud* CORRÊA, 2005, p.158 – grifo nosso)

Para compreendermos de que maneira isso pode ser observado, na Geografia de escola Humanista e Cultural, temos como central o conceito de lugar. “A preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi **de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos**” (HOLZER, 1999, p.70 – grifo nosso). Significa dizer que o lugar é o espaço apropriado pelo indivíduo ou por uma sociedade.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo identidade, posto que é aí que o sujeito se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 2007, p.22)

Segundo Carlos (2007), o lugar é o espaço das relações cotidianas mais finas, como o caminhar, o encontro com conhecidos, as brincadeiras e pequenos atos que

criam laços profundos de identidade, habitante-habitante e habitante-lugar. São as relações que criam o sentido dos lugares. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressas pelo uso (CARLOS, 2007, p.18).

É nesse contexto que, “as ideias, habilidades, linguagem, relações em geral, propósitos e significados comuns a um dado grupo social são elaborados e reelaborados, a partir da experiência, contatos e descobertas” (CORRÊA, 2007, p.170). Ou seja, é nos *lugares* que a cultura se constrói e se desenvolve.

Como identificamos anteriormente, a Praça Pública é um lugar público. Dessa forma, a definimos como um dos espaços onde se concretiza a cultura de uma comunidade. Podemos dizer que as relações existentes nesta, são critérios válidos para caracterizarmos a praça como símbolo de uma identidade social.

Os símbolos que compõem uma identidade social não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, já que sempre mantêm determinados vínculos com a realidade concreta [...] parece consensual que “identidades” constroem-se sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. **Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes** (SERPA, 2011, p.20 – grifo nosso)

Percebemos, então, que este é um dos locais onde os complexos padrões sociais podem ser transmitidos coletivamente. “É a simbolização que permite que o conhecimento seja condensado, que as informações sejam processadas, que a experiência acumulada seja transmitida e transformada” (SANTOS, p.31).

É, por representar simbolicamente e ser, por isso, capaz de transmitir as relações sociais que construíram culturalmente o espaço, que podemos pensar na ideia de Praça Pública como representante do patrimônio cultural de uma cidade. Compreendemos a Praça Pública como *lugar* passível de identificação e afirmação das identidades coletivas. O objeto imediato da preservação é, portanto, [...] garantir a noção de pertencimento de um grupo a uma comunidade ou lugar (RANGEL, 2002, p.23 – grifo nosso), no sentido de dar condições para que a praça continue existindo como local público, destinado à convivência.

Tomando a Praça Gomes Freire em Mariana-MG como exemplo, veremos como este espaço vem acumulando funções sociais e elementos materiais, que refletem a organização cultural de sua cidade, desde o final do século XVII – quando ainda era apenas um largo na vila que nascia pela exploração do ouro – até os nossos dias. No próximo capítulo, iremos debater como este espaço se configura como centralidade democrática, de personalidade pública, construída pelo encontro entre a diversidade de usos e sujeitos.

3. De Largo a Jardim: Processos de (re)significação da Praça Gomes Freire

Delinear o histórico de formação da Praça Gomes Freire é fundamental para a compreensão do significado deste espaço público. Neste capítulo, nos apoiaremos nos estudos publicados por Cláudia Damasceno Fonseca (1998) e por Alves, Figueiredo e Paiva (2010), correlacionando-os às análises feitas por Robba e Macedo (2002) e Hugo Segawa (1996), para poder observar como se deu o processo de formação da Praça Gomes Freire enquanto lugar público. Veremos como a história da praça está intimamente entrelaçada à construção da cidade desde sua gênese e, por isso, demonstra forte representatividade na construção cultural da comunidade da qual faz parte.

3.1. O Largo das Cavalhadas: ocupação popular

Surgida às margens do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, bastante rico em ouro e descoberto pelas bandeiras paulistas de Miguel Garcia e do Coronel Salvador Fernandes Furtado, em 16 de julho de 1696, a cidade de Mariana, em Minas Gerais, foi a primeira vila, primeira sede do bispado, a primeira cidade e a primeira capital do Estado (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010; FONSECA, 1998). Situada na zona metalúrgica do Estado, possui hoje uma população estimada em 58.233 habitantes⁵ e está a uma distância de 110 km da atual capital estadual, Belo Horizonte.⁶

Entre os anos de 1709 e 1710, o português Antônio Pereira Machado, que havia se instalado no local ainda em 1703, obteve concessão de uma sesmaria onde mais tarde se construiria a Igreja Matriz de Mariana e a infraestrutura que hoje é conhecida como “Centro Histórico” de Mariana (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010; FONSECA, 1998).

Com a elevação do povoado à condição de vila, por volta de 1711, a coroa portuguesa – considerada dona de todas as terras – doou um terreno que deveria ser administrado pela recém-criada Câmara, e que, entre outros nomes, era conhecido como “Rossio”. As terras do Rossio eram consideradas livres, ou públicas, e se diferenciavam dos “aforamentos” – terras concedidas por contrato aos moradores – por serem emancipadas de senhorio particular (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010; FONSECA, 1998).

⁵ Fonte: IBGE; Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

⁶ Disponível em <<http://prefeitura2014.pmmariana.com.br/localizacao>>. Acesso em: 25 de abril de 2015

Atrás da Matriz se definia o limite do Rossio e, portanto, da vila, não havendo neste espaço normas oficiais. “Era ali, no limite do Rossio, que paravam os cavalos e as pessoas se preparavam para entrar e sair da vila, desenvolvendo nesse espaço uma tradição de apropriação informal, um espaço popular” (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p. 13). O local ficou mais tarde conhecido como Largo das Cavalhadas, em referência às festas populares que ali ocorriam e que o diferenciava, por exemplo, do Largo da Matriz, ou adro da Igreja, que eram espaços considerados livres, mas com regras de convivência mais rígidas impostas principalmente pelo poder religioso.

O Largo das Cavalhadas era um simples campo descuidado, onde as companhias de circo de cavaleiros acampavam para os espetáculos noturnos. Era também onde se realizavam as cerimônias de cunho profano, certamente proibidas no Largo da Matriz, onde inevitavelmente as atividades eram regulamentadas pelas constituições do Arcebispo (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p. 15)



Figura 1: Largo das Cavalhadas⁷

Uma peculiaridade deste lugar foi que, “a praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas” (MARX, 1980, p. 50 *apud* ROBBA e MACEDO, 2002, p.19). Mas, no caso específico de Mariana, o que ocorreu foi um deslocamento dos estratos sociais. De um lado, o Largo da Matriz, representante oficial da igreja nos espaços livres do Rossio. Do outro, o Largo das Cavalhadas, espaço de ocupação

⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio 2015.

espontânea, fora dos limites de atuação oficial dos poderes políticos representados pela igreja e pela coroa, palco de festas pagãs e do uso diversificado.



Figura 2: Evento religioso na Praça da Sé, antigo Largo da Matriz⁸

No ano de 1745, a Vila do Carmo, como era conhecida até então, sobe à categoria de cidade e passa a ser chamada de Mariana. Antes disso havia sido ali instalada a sede do Bispado, fazendo com que a antiga vila fosse reconstruída, ocupando oficialmente as terras fora do limite do Rossio.

Em 1743, as enchentes destruíram uma boa parte da vila, mas, mesmo sabendo destes problemas, o rei D. João V resolveu instalar o bispado na vila do Carmo que se achava bastante decaída para recebe-lo. Assim o rei decidiu que uma nova vila deveria ser construída e, para isso, encarregou o engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim de planejar e levantar o projeto de uma cidade a ser construída no campo da vila, ou seja, além das terras do Rossio. (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.16)

O Largo da Cavallhada passa então a ser chamado Praça D. João V e a ser considerado local nobre da nova cidade (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010; FONSECA, 1998).

A partir da análise das funções do espaço livre nos assentamentos coloniais brasileiros, verificamos que existe uma sobreposição dos usos recorrentes nos largos e terreiros em comparação às funções atribuídas às praças medievais. [...] A Praça – até esse momento chamada de largo, terreiro ou rossio – era o espaço de interação de todos os elementos da sociedade, abarcando os vários estratos sociais. Era ali que a

⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio 2015.

população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial. (ROBBA e MACEDO, 2002, p.21 e 22)

Dessa maneira, a praça que nasce junto com a cidade se apresenta como importante figura urbana para o convívio social da época.

3.2. Praça D. João V: transição

Existindo a necessidade de firmar a ocupação política no local, intencionou-se construir na nova praça a Casa de Câmara e Cadeia, edifício nobre, que demarca o poder administrativo da cidade. No entanto, todo o entorno da praça já havia sido ocupado, fazendo com que o marco político fosse deslocado para uma localidade próxima, que ficou conhecida como Praça do Pelourinho (FONSECA, 1998; ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010).



Figura 3: Representação da antiga Praça do Pelourinho, hoje Praça Minas Gerais⁹

Chama a atenção, mais uma vez, a distribuição de largos próximos uns dos outros, mas com finalidades bastante distintas:

Verificam-se o grande Adro da Catedral, atual Praça da Sé, espaço de domínio do poder religioso. A Praça do Chafariz, ou D. João V., atual Praça Gomes Freire, local onde se realizavam as festas públicas. E a Praça do Pelourinho, atual Praça Minas Gerais, largo onde se construiu a Casa de Câmara e Cadeia, simbolizando a autonomia municipal de caráter civil da vila (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.17 e 18).

⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio 2015.

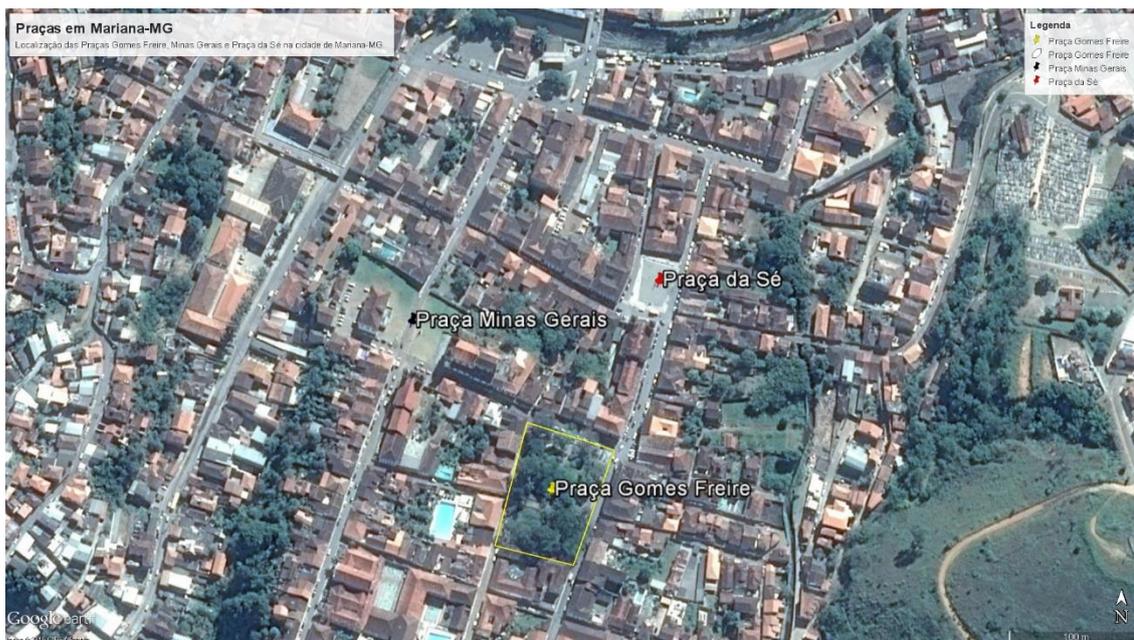


Figura 4: Localização das Praças Gomes Freire, Minas Gerais e Praça da Sé¹⁰



Figura 5: Localização das Praças Gomes Freire [1], Minas Gerais [2] e Praça da Sé [3, em frente à igreja]¹¹

Ao longo do século XIX, com o declínio da produção aurífera, poucas alterações no traçado da cidade puderam ser observadas. Pouquíssimas edificações foram acrescentadas e os valores básicos dos habitantes se mantiveram (FONSECA, 1998, p.53). É interessante observar

¹⁰ Imagem obtida através do software Google Earth Pro. Data da Imagem 05/07/2013.

¹¹ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio 2015.

que, como apontado por relatos do viajante Saint-Hilaire, até o final do século XIX, mesmo com outros nomes sendo oficialmente atribuídos à praça, como Praça D. João V, Praça do Chafariz e Praça do Rocio, essa ainda era comumente conhecida como Praça das Cavalhadas, indicando que as ações oficiais no território não afastaram o caráter popular do local (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.18 e 19). A partir de 1892, a outrora Praça D. João V, passa a se chamar Praça da Independência.



Figura 6: Praça da Independência¹²

3.3. A Praça da Independência: ecletismo e contradições

No final do século XIX, um plano de melhorias urbanísticas é proposto e aprovado pela Câmara Municipal. Entre as ações propostas estavam o calçamento da cidade, a construção de um Fórum, um Teatro e a criação de um Jardim, este último foi feito na “nova” praça.

Nos anos de 1900 a Praça da Independência recebe, então, novos contornos e caminhos que a organizavam segundo o estilo paisagístico eclético, em voga no Brasil naquela época (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.20 a 22).

¹² Disponível em <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio de 2015.



Figura 7: Praça da Independência após terminar o ajardinamento¹³

Cabe pontuar aqui que, segundo Robba e Macedo (2002), o estilo paisagístico eclético pode ser dividido em duas fases: a *clássica* e a *romântica*.

a linha clássica estruturou-se sobre uma rigidez geométrica no traçado e plantio, buscando sempre a ortogonalidade e a centralização. [...] Os caminhos dispostos em cruz, conduzindo a um estar central marcado por um ponto focal, geralmente um elemento verticalizado (monumento, fonte, chafariz, coreto, obelisco), tudo isso envolto por um passeio perimetral, caracterizavam a chamada *triade clássica básica*. (ROBBA e MACEDO, 2002, p.56)

Já a fase *romântica*, é descrita pelos autores da seguinte forma:

O estilo fantasioso, devaneador, poético e apaixonado que caracterizava o Romantismo, principalmente nas artes plásticas, música e literatura, surgiu no paisagismo como busca do naturalismo e volta às paisagens idílicas retratadas pelos pintores paisagistas do século XVII. [...] Os exemplos de praças com projetos românticos não são muitos, uma vez que essa linha de projeto restringiu-se aos parques e jardins de maior porte (ROBBA e MACEDO, 2002, p.72)

Entendemos, entretanto, que a Praça Gomes Freire, após passar por pequenas intervenções ao longo do início do século XX, englobou características das duas fases, situando-a na linha *romântico-clássica*, conforme também aponta Robba e Macedo:

Todavia, a proposta de valorização da imagem naturalista e romântica e a forma cênica de plantio incorporaram-se ao ideário das praças urbanas, entremeando-se ao geometricismo clássico. Principalmente a partir do início do século XX, surgiram projetos que se utilizavam de elementos dos dois estilos (ROBBA e MACEDO, 2002, p.82)

¹³ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio de 2015.

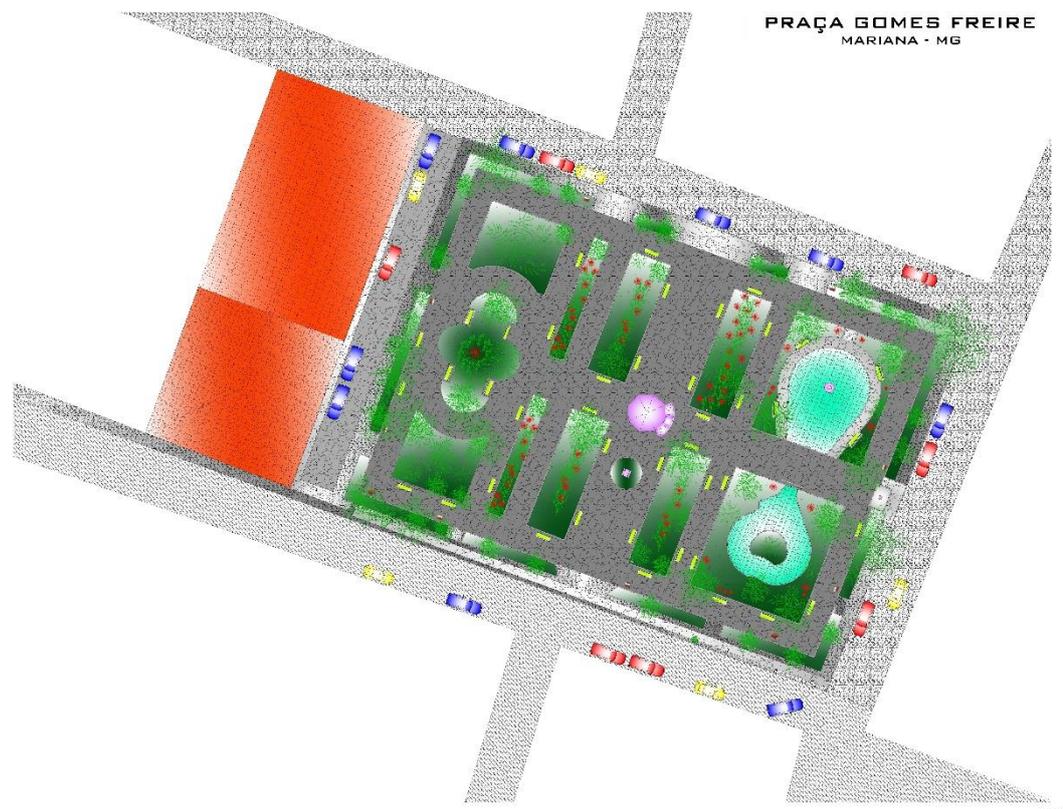


Figura 8: Planta Humanizada da Praça Gomes Freire¹⁴

O “programa de atividades” que marca o Ecletismo é quase exclusivamente expresso pelo passeio e pela contemplação da natureza. Por isso a importância dos jardins.

O processo de ajardinamento dos espaços livres urbanos como praças, largos e avenidas, que transformou a paisagem urbana na virada do século, modificou também sua forma de apropriação pública. [...]. A fusão da tradição contemplativa e serena do jardim dos séculos XVII e XVIII com o espaço urbano praça alterou significativamente sua função [...] como Marx e Segawa chegam a afirmar, muitas peculiaridades dos antigos largos coloniais se perderam durante o processo e a praça ajardinada do Ecletismo é um espaço de segregação e exclusão social (ROBBA e MACEDO, 2002, p.54)

Apesar das mudanças estéticas e comportamentais que a adoção do estilo eclético tenha trazido ao lugar, não nos parece que essa proposição tivesse impedido que a praça continuasse abrigando manifestações populares, uma vez que esta continuava a ser ponto principal de lazer, encontro e convivência na cidade. “A partir dos anos de 1930 e 1940, a praça adquire outro significado, sendo utilizada das mais diversas formas, não só para passear e contemplar a natureza, como também para a prática de jogos e divertimentos infantis” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.58)

¹⁴ Croqui realizado por Luciana Deodato em novembro de 2014

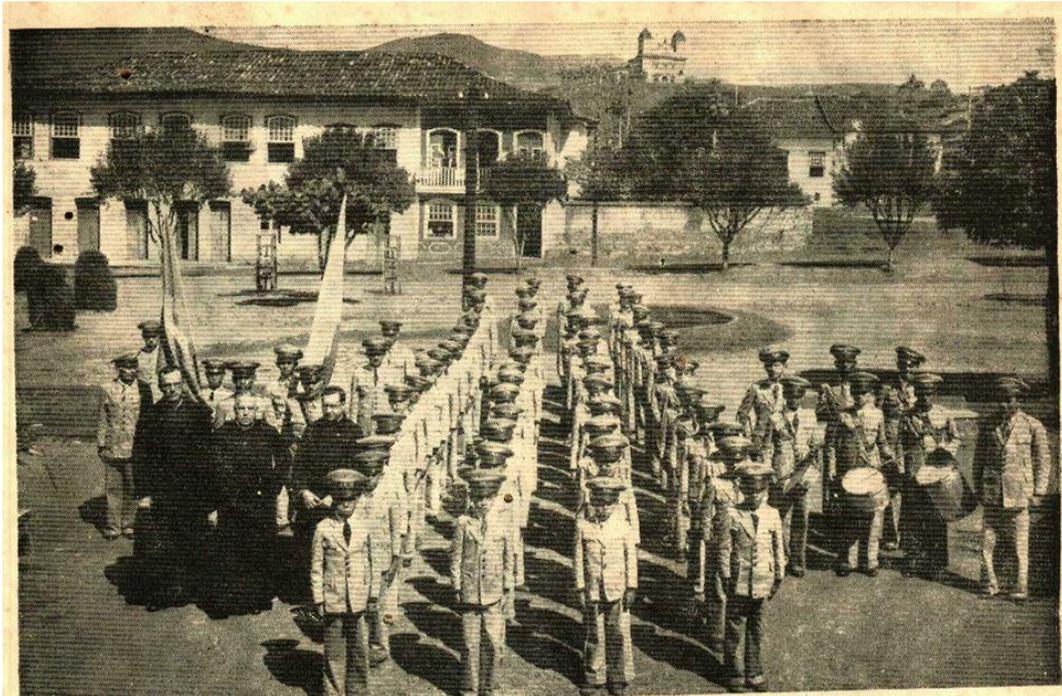


Figura 9: Banda mirim na Praça da Independência¹⁵

Um dos símbolos do estilo eclético na virada do século passado foi a construção de um coreto “utilizado para abrigar bandas em concertos musicais, festas, romarias, além de apresentações políticas e culturais” (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.22). A reforma do coreto realizada em 1937, bem como a instalação de energia elétrica e a construção do passeio de entorno, entre os anos 1920 e 1940, demonstram que o espaço público ainda possuía a importante ideia de atrair gente.

Assim, a praça-jardim deixa de ser – como eram, no período colonial, o largo, o terreiro e o adro da igreja – o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. **A praça agora é um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio.** (ROBBA e MACEDO, 2002, p.29 – Grifo nosso)

¹⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio de 2015.



Figura 10: Coreto do Jardim de Mariana¹⁶

3.4. A Praça Gomes Freire no século XX: novos paradigmas

Em 1945 a Praça da Independência, ou Jardim Municipal como também era conhecido, passa a se chamar Praça Gomes Freire. No mesmo ano a cidade de Mariana veio a ser tombada como Monumento Nacional. “Tudo indica que esse fato tenha desencadeado a reforma da Praça, em que, apesar de aparentemente ter sido resguardado o traçado dos canteiros, ganhou nova aparência e novo nome” (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.24). “Ao longo das primeiras décadas do século XX, o modelo da praça ajardinada tornou-se um padrão de qualidade do espaço livre, e mesmo os mais antigos e tradicionais logradouros passaram por tratamentos paisagísticos e ajardinamentos” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.30).

¹⁶ Autor: Amador de Souza. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio de 2015



Figura 11: Solenidade de inauguração do busto do Dr. Gomes Freire¹⁷

Um fato interessante a ser observado em relação a uma reforma paisagística ocorrida, é que, nos anos de 1950, a praça foi cercada de ciprestes. Esta escolha paisagística acabou na verdade por inverter as características excludentes típicas do ecletismo, uma vez que, por ser um lugar “fechado”, acabou sendo considerada lugar não apropriado para “moças de família”, permanecendo então como local insubordinado às regras da época (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.25). Ou seja, se a adoção do ecletismo como projeto paisagístico intuía a permanência na praça somente das castas representantes da burguesia, a decisão de cercá-la permitiu que as camadas mais populares continuassem presentes. Este fato acabou possibilitando a consolidação desta como espaço público, nos anos seguintes. Já sem a cerca de ciprestes, quando o *Jardim* foi novamente (re)significado, a diversidade social continuava presente no local.

¹⁷ Imagem disponível em: <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio 2015



Figura 12: Praça Gomes Freire, década de 1950¹⁸

Como vimos, o Jardim de Mariana foi construído ao longo dos tempos por diversos agentes urbanos, mas quase sempre manteve como característica uma forte presença popular. Mesmo o processo de ajardinamento – final do século XIX e início do século XX – onde “da concentração complexa e caótica da praça, buscou-se a concentração organizada e elegante do jardim” (SEGAWA, 1996, p.49), não afastou da Praça Gomes Freire a centralidade do encontro popular. Como mostra Fonseca (1998, p.34): “Este espaço recebeu, ao longo da história da cidade, vários nomes e remodelações, seguindo sucessivas ‘modas’ urbanísticas, porém constituindo sempre um importante lugar de sociabilização de Mariana”.

A partir do século XX, “o espaço livre público e urbano torna-se uma das opções de área de lazer existentes na cidade. Os parques e praças públicas passam a ser utilizados para tal fim” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.32) e, apesar da apropriação e controle por parte dos poderes políticos institucionalizados, a forma como o espaço urbano da cidade se desenvolveu fez com que as relações intersubjetivas tivessem grande importância no desenvolvimento do local.

¹⁸ Fonte: Acervo pessoal



Figura 13: Desfile de carnaval - Praça Gomes Freire¹⁹

O certo é perceber que, ainda nos dias de hoje, a Praça Gomes Freire é lugar de diversas manifestações culturais como festas, apresentações, atividades de lazer ao ar livre e o próprio convívio cotidiano. “Pode-se afirmar que, atualmente, o Jardim de Mariana ainda é um dos pontos importantes dessa cidade, e que, além disso, essa praça é um dos mais relevantes locais de convívio social da cidade” (ALVES, FIGUEIREDO e PAIVA, 2010, p.29). Dessa maneira, percebemos a importância de compreender a Praça Gomes Freire em seu contexto atual.

¹⁹ Imagem disponível em: <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/> acesso em 13 de maio de 2015

4. Praça Gomes Freire, lugar público e patrimônio cultural

Ora, “[...] não é pela praça, onde há mais gente, outras gentes, todas as gentes, que se participa da cidade, da urbanidade?” (MAGNOLI, 2002, p.9). A questão colocada por Miranda Martinelli Magnoli no prefácio da obra de Robba e Macedo (2002) converge para o que intencionamos demonstrar com este trabalho e que pôde ser observado ao longo da história da Praça Gomes Freire: na Praça Pública a organização cultural de uma cidade está materializada no espaço e como tal deveria ser reconhecida.

Neste capítulo, iremos debater se a Praça Gomes Freire configura, ainda nos dias atuais, um lugar público, o que, convém lembrar, se relaciona com ser acessível simbolicamente à coletividade e permitir a formação de identidades tanto entre seus frequentadores quanto entre os habitantes e o lugar. Além disso, discutiremos a relação deste local com o conceito de patrimônio cultural.

4.1. O lugar público

Atribuir à praça a denominação de lugar público é reconhecê-la como espaço onde a diversidade de sujeitos e de usos lhe confere um caráter simbólico capaz de marcar identidades coletivas e referências culturais. A Praça Gomes Freire, em Mariana, não foge a esta regra. Ao longo do século XX uma mudança de caráter em relação às praças possibilitou a retomada de algumas atividades características dos largos coloniais e aproximou novamente os espaços livres da maioria da população brasileira.

O programa de atividades da praça contemporânea assemelha-se muito ao programa da praça moderna – reafirmando o uso contemplativo, a convivência, e o lazer ativo e resgatando alguns usos há muito abandonados. [...]. As atividades comerciais e de serviços são apropriações acrescidas ao programa da praça, como herança da tradição colonial dos largos (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 148).

Esta diversidade de usos e sujeitos é o que confere à praça a condição de espaço público. Ser público é, portanto, ser plural tanto em relação a quem usa, quanto a como o usa. “É a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros, mas é ela também que evita que colidamos uns com os outros” (SERPA, 2011, p.36).

Na Praça Gomes Freire, veremos que variadas formas de usos podem ser identificadas e, na diversidade da utilização, também é possível perceber a multiplicidade de sujeitos. Assim, temos um espaço onde num primeiro momento é utilizado para a contemplação, para meditação ou o convívio mais próximo, quase particular. É um local que se integra ao cotidiano dos seus

habitantes permitindo seguir com os costumes mais corriqueiros. Veja, como exemplo, as imagens a seguir:



Figura 14: Praça Gomes Freire, espaço de contemplação²⁰



Figura 15: Praça Gomes Freire, espaço de convivência²¹

²⁰ Fotografia de Iuri Paglioto. Data: novembro 2014

²¹ Fotografia de Iuri Paglioto. Data: novembro 2014



Figura 16: Praça Gomes Freire, espaço de lazer e movimento²²



Figura 17: Espaço do momento desfrutado²³

²² Fotografia Iuri Paglioto. Data: novembro 2014. N. do. A. Atente que as pessoas que estão praticando a atividade, não são todas de um grupo fechado para tal. Somente o instrutor e as pessoas vestidas de camiseta amarela fazem parte do grupo. Os demais participantes estavam na praça por outros motivos e aderiram à atividade espontaneamente.

²³ Disponível em <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015



Figura 18: Praça Gomes Freire, espaço da permanência e do encontro²⁴



Figura 19: Praça Gomes Freire, espaço de meditação²⁵

²⁴ Fotografia Iuri Paglioto. Data: novembro 2014

²⁵ Fotografia Iuri Paglioto. Data: novembro 2014



Figura 20: Espaço de reflexão²⁶



Figura 21: Espaço para o lazer diverso²⁷

²⁶ Fotografia: Iuri Paglioto. Data: novembro 2014

²⁷ Fotografia: Iuri Paglioto. Data: novembro 2014

Por outro lado, este mesmo lugar, se torna muitas vezes o espaço do espetáculo, da plateia, da reprodução cultural por meio das festas, da música, local da diversidade de públicos e do lúdico. As próximas imagens ilustram estas relações que também são diferenciadas entre si.



Figura 22: Carnaval na Praça Gomes Freire²⁸



Figura 23: Encontro Universitário de Danças Folclóricas 2013²⁹

²⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 maio 2015

²⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 maio 2015



Figura 24: Encontro de Bandas, Festival da Vida 2014³⁰



Figura 25: Encontro Internacional de Palhaços, 2014³¹

³⁰ Disponível em <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015

³¹ Disponível em <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015



Figura 26: Inauguração da iluminação de natal, 2014³²



Figura 27: Apresentação cultural, programação Festival de Inverno Ouro Preto e Mariana, julho 2012³³

32 Disponível em <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015

33 Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio de 2015



Figura 28: Dia das Crianças, outubro 2013³⁴



Figura 29: Folia de reis, dezembro 2014³⁵

³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015

³⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015

Pelas imagens apresentadas, pode-se perceber, que existe, ainda hoje, uma apropriação variada dos espaços públicos livres. Seja para eventos de massa ou para a simples contemplação do passar do tempo, a diversidade de agentes sociais chama a atenção.

Mas, do que vale perceber uma multiplicidade de seres no espaço se não compreendermos as relações intersubjetivas que lhe são pertinentes e, especialmente, a forma como lidam com o próprio espaço?

Na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis, e uma discussão sobre o tema passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão “concretude” à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica do problema. (SERPA, 2011, p.15)

O conceito de lugar, na abordagem fenomenológica adotada pela Geografia Cultural, procura, justamente, lançar seu olhar para as relações habitante-meio. “São as vivências e experiências pessoais que conferem valor e qualidade às formas urbanas visíveis. Assim, numa mesma paisagem, diferentes observadores encontrarão material de percepção adaptado ao seu modo individual de olhar o mundo” (SERPA, 2011, p.177).

Dessa forma, a variedade de sujeitos e utilização no/do espaço, que lhe conferem o caráter público, também o possibilita ser diversamente experimentado, apropriado e qualificado. São relações de pertencimento, presença e consumo dos espaços, que se tornam expressão de seus frequentadores. Sendo assim, as diferentes experiências se traduzem por diferentes identidades construídas na praça.

Estas relações intersubjetivas são complexas e, por isso, difíceis de serem representadas. Os exemplos que seguem, buscam traduzir em imagens as identidades, de grupo ou individuais, em relação ao habitar na Praça Gomes Freire. Entretanto, é importante salientar que “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e transformações pelas quais passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos” (SANTOS, p.11-12). Apresentaremos, portanto, somente uma das possíveis interpretações para os fatos representados. Veja:



Figura 30: Marcas da presença na Praça Gomes Freire³⁶



Figura 31: Marca do consumo na/da Praça Gomes Freire³⁷

³⁶ Fotografia de Iuri Paglioto. Data: novembro de 2014

³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/ALMANaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015

O JARDIM DE MARIANA

Sentar no Jardim da cidade de Mariana, depois de um longo dia de trabalho é algo prazeroso que faço cotidianamente.

Ao observar nossas crianças brincando, lembro-me que era o que grande parte de nós, moradores da cidade, fazíamos na nossa infância.

A história se repete, as brincadeiras de roda, os jogos de bola, as crianças conversando, se divertindo e combinando entre elas as brincadeiras para o dia seguinte.

Nessa roda viva, muitas histórias acontecem no Jardim de Mariana. Histórias narradas nas conversas corriqueiras, vivenciadas pelas mulheres, pelos homens, pelos jovens e pelas crianças que vão tecendo o enredo, criando enlaces e compondo o cenário do Jardim.

A poesia deslumbra o ar da Praça ao som das maritacas, os coqueiros e as árvores frondosas dão as sombras, o aconchego e o coreto, ao centro, espera ansioso a reforma.

O lago, do outro lado do Jardim, faz parte da fotografia. Os peixes salpicam na água, água que traz calma. Canteiros com flores diversas onde as abelhas pousam suavemente para sugar o néctar.

Os moradores caminham contando os passos que a vida dá, respirando o ar oferecido pela Praça Gomes Freire no coração da cidade.

Natureza viva, canto de contos e prosas, circundada pelos casarões, ela emana alegria ao som dos sinos que tilintam nas igrejas: Nossa Senhora da Assunção (Sé), Nossa Senhora do Carmo, São Francisco de Assis e Igreja das Mercês. A Igreja de São Pedro, perto do céu, imponente, fica observando o belo cenário e rogando à padroeira proteção para a cidade.

Sentada em um banco no Jardim, vejo a noite cair, com Ela, o clarão da Lua que vem das montanhas me faz parar para admirar as pessoas que representam os personagens daquele cenário.

O Jardim de Mariana é composto de amores, de clamores, de rumores, de boemia, de cantigas que permeiam aquele ambiente repleto de diversidade.

As árvores renovam os ares, o Jardim acolhe a todos e cada sujeito, que faz parte do cenário que compõe esse ambiente mágico, deve ter o compromisso de conservá-lo como um lugar de bem viver.

Jacqueline Antunes
Pedagoga e professora da Rede Pública Estadual de Mariana

Figura 32: Expressão do pertencimento³⁸

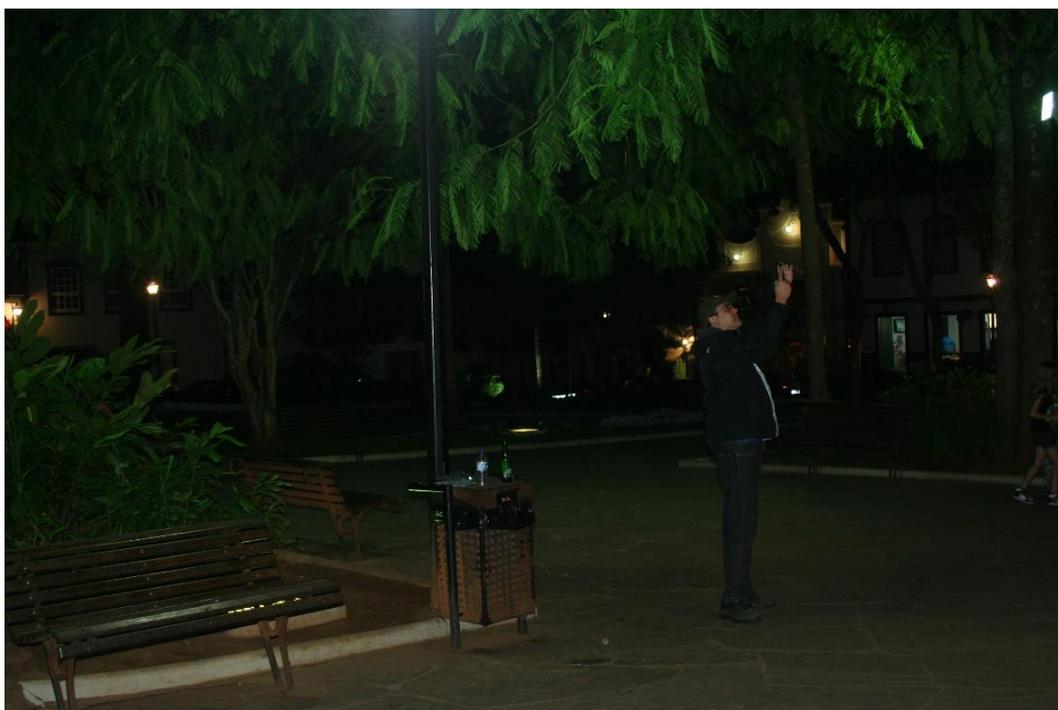


Figura 33: Marca do reconhecimento e registro³⁹

³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/ALMAnaquedeMariana?fref=ts>, acesso em 15 de maio de 2015

³⁹ Fotografia: Iuri Paglioto. Data: junho de 2014



Figura 34: Expressão dos novos usos⁴⁰

Com a sequência de imagens apresentadas, importa demonstrar diferentes modos de se relacionar com o espaço público. Vimos ali sujeitos que buscaram marcar sua presença no espaço, enquanto outros registravam o espaço para si. Uns consomem o espaço, outros o reinventam e mais alguns procuram demonstrar, a partir da sua relação pessoal e cotidiana com o meio, a própria expressão do habitar o lugar público.

Cabe aqui também uma interpretação nossa do verbo habitar, conforme o utilizamos neste texto. Se o analisarmos como razão do “hábito de estar”, fica latente a noção do “costume em permanecer”, da ação recorrente e cotidiana de estar, neste caso, na Praça Pública. O ato de habitar um lugar público nos permite a consolidação das identidades em relação a este espaço tão contraditório. Acompanhe a leitura realizada por Paulo Casé (2000):

Seus espaços são um universo de complexidade, são uma ordem dentro da desordem aparente. São contraditórios sem ser incoerentes, pois induzem os indivíduos à sistematização maquinal, mas simultaneamente os estimulam ao ato criativo, investindo-os no papel de atores do espetáculo urbano. Para tanto, têm de exercer a função lúdica, registrar a memória, promover atividades de lazer, incitar o intercâmbio cultural e o encontro espontâneo entre as pessoas (CASÉ, 2000, p.61).

Em outras palavras, em sendo verdade que a praça é síntese cultural da cidade, esta representa, sobretudo, o seu caráter dinâmico e vivo. A multiplicidade de usos, sujeitos e

⁴⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio de 2015

identidades presentes na Praça Pública refletem a própria diversidade cultural da nossa sociedade.

Mesmo porque essa diversidade não é só feita de ideias. Ela está relacionada com as maneiras de atuar na vida social [e], mostrar que a diversidade existe, não implica concluir que tudo é relativo, mas apenas entender as realidades culturais no contexto da história de cada sociedade, das relações sociais dentro de cada qual e das relações entre elas (SANTOS, p.18 e 19).

Justamente por agrupar as características apresentadas de pluralidade, identidade coletiva e representação cultural da cidade em que se insere que consideramos a praça uma das principais expressões do patrimônio cultural de uma sociedade. E é por isso que devemos analisar qual é a relação da Praça Gomes Freire com o patrimônio cultural.

4.2. Praça Gomes Freire como patrimônio cultural

Na tentativa de contribuir para superar a dicotomia entre patrimônio material e imaterial, procuramos trazer exemplos que servissem para suscitar novos questionamentos a respeito do que vem a compor a expressão patrimônio cultural. A escolha por realizar a problematização no plano da Praça Pública nos levou a ilustrar este trabalho com a análise da Praça Gomes Freire, na cidade de Mariana-MG.

A Praça Gomes Freire se tornou interessante ao nosso objetivo pois, como se trata de um local que faz parte do dito centro histórico de Mariana, participa das políticas de preservação consolidadas pelo reconhecimento enquanto patrimônio histórico edificado e foi elevada à condição de Monumento Nacional, pelo decreto-lei nº 7.713, de 6 de julho de 1945.

Porém, como bem coloca Fonseca (2009):

A imagem que a expressão "patrimônio histórico e artístico" evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas de historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado (FONSECA, 2009, p.59)

A imagem que o patrimônio edificado do centro histórico de Mariana nos evoca é, obviamente, dos padrões estéticos coloniais, com presença marcante da igreja católica. A imponência dos testemunhos materiais que foram preservados, acaba por ofuscar grande parte das relações intersubjetivas que também são responsáveis pelo desenvolvimento cultural

daquela comunidade. Poucos são os registros que captam a sociedade complexa e multifacetada que habita estes espaços.

No próprio Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Mariana-MG (2010, p.05), fica evidente uma imagem calcada somente em padrões estéticos e nos monumentos de *pedra e cal* ao colocar como objetivo “valorizar a paisagem de características coloniais ali preservada”.

A escassa documentação a respeito dos usos cotidianos e da construção simbólica coletiva, dificulta uma leitura mais ampla da relação entre os lugares públicos e o patrimônio cultural das cidades. Além do que:

[A] compreensão restritiva do termo "preservação", que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento [...] veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes. (FONSECA, 2009, p.64)

Na Praça Gomes Freire, profundas intervenções foram realizadas na organização de sua paisagem para que ela tenha as formas que vemos hoje. Analisando o que afirma o Dossiê de Tombamento, quando diz que “os limites propostos para a área tombada não buscaram valores individuais ou ornamentais das edificações, mas sim refletir a importância das volumetrias das construções e o cenário que o conjunto formado por elas representa” (2010, p.06), fica claro que a lógica conservadora de sua preservação é fortemente vinculada a uma paisagem estanque. A preservação feita nessas condições, ainda que abrigue alguns indícios (poucos, é verdade) da diversidade e da complexa função social que constituiu este local, está longe de proporcionar um quadro completo dos processos envolvidos na construção cultural da comunidade a que está inserido.

Podemos citar como exemplo destes resquícios, o bebedouro que servia aos cavalos dos primeiros ocupantes deste lugar, quando este ainda era conhecido como Largo das Cavalhadas. Ou ainda, um pequeno chafariz que, aparentemente, deveria ser compartilhado como fonte de água por diferentes classes dos habitantes da época. E também, o coreto, que, desde sua instalação no local, vem servindo de palco para várias manifestações culturais, de diferentes tons. Mesmo assim, como nos lembra, mais uma vez, Fonseca (2009, p.64): “há toda uma gama de bens e manifestações culturais significativos como referências dos grupos sociais a que não se podia aplicar, até recentemente, nenhum instrumento legal que os constituísse como patrimônio”.



Figura 35: Bebedouro remanescente do antigo Largo das Cavalhadas⁴¹



Figura 36: Chafariz situado à Praça Gomes Freire⁴²

⁴¹ Fotografia de Iuri Paglioto. Data: novembro de 2014

⁴² Fotografia de Iuri Paglioto. Data: julho de 2013



Figura 37: Bloco infantil de carnaval no coreto da Praça Gomes Freire, década de 1950⁴³

Com vistas a esta problematização, notamos a importância em discutir sobre novos meios de compreender o patrimônio. A partir de lugares públicos consolidados, como as Praças Públicas, tentamos diagnosticar outras roupagens para uma concepção de patrimônio cultural.

São tímidas, ainda, as tratativas que levam em consideração a convivência entre os habitantes das cidades como detentoras de valor cultural. O Instituto do Registro, criado pelo Decreto 3.551/2000 (SANT'ANNA, 2009, p.55), pode ser um exemplo da tentativa de superar essas lacunas que as políticas de preservação possuíram por muitos anos.

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode "preservá-los (SANT'ANNA, 2009, p.55).

Na perspectiva adotada pelo registro, o Livro dos Lugares é o equivalente ao Livro de Tombos, "destinado à inscrição de espaços onde concentram-se e reproduzem-se práticas culturais coletivas" (SANT'ANNA, 2009, p.56). Impreterivelmente, o registro vislumbra a face

⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/marianadofundodobau/>, acesso em 13 de maio de 2015

imaterial do patrimônio cultural, não efetivando assim, a unicidade pretendida entre o patrimônio material e imaterial.

Outra forma, explicitada pelo IPHAN, de priorizar a completude do patrimônio cultural é trabalhar com a categoria de referência cultural, através do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Como já foi dito anteriormente, o INRC vem para superar a dicotomia entre patrimônio material e imaterial, “tomando-os como face de uma mesma moeda: o patrimônio cultural” (SANT'ANNA, 2009, p.56). Dessa maneira, "os instrumentos de reconhecimento e valorização dos bens culturais imateriais criados [...] consideram a natureza dinâmica e processual desses bens, promovendo ainda a interação dos aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural que proporcionam uma concepção mais rica e ampla" (SANT'ANNA, 2009, p.57).

Numa consulta ao Portal do Patrimônio Cultural⁴⁴, vemos que a Praça Gomes Freire consta como bem inventariado. Porém, a descrição do bem, seu histórico ou as medidas de conservação adotadas, não citam em nenhum momento o papel aglutinador inerente aos lugares públicos. As informações se prestam apenas a enumerar as características paisagísticas do local, mencionando rapidamente como função o lazer.

De qualquer forma, algumas manifestações, principalmente as calçadas no cotidiano vivo dos lugares públicos, ainda hoje, não tem sua importância efetivamente reconhecida.

Os núcleos urbanos possuidores de patrimônio cultural edificado, protegidos ou não pela União, pelo Estado ou pelo próprio Município, carecem, ainda, de agregarem ao seu próprio imaginário e às visões externas a eles, um dado que parece ser fundamental para a promoção de sua vitalidade e sua dinâmica: é preciso enxergá-los como cidades, organismos dinâmicos, complexos e diversos, que agregam valores materiais e simbólicos (SIMÃO, 2001, p.58).

A preservação do patrimônio cultural é uma prática que "implica um processo de interpretação da cultura como produção não apenas material, mas também simbólica, portadora, de referência à identidade" (FONSECA, 2009, p.69).

Um exemplo de olhar diferenciado a respeito dos bens culturais, e que corrobora com o entendimento de que a praça é o lugar da troca e do encontro entre as pessoas, é o projeto Moradores – A Humanidade do Patrimônio Histórico⁴⁵, onde, uma “tenda branca montada em uma praça pública, uma câmera apontada e um convite” guiam os habitantes das cidades numa busca “pela valorização da identidade cultural e da memória como patrimônio diverso e

⁴⁴ Ver: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=1184

⁴⁵ Ver: <http://projetomoradores.com.br/o-projeto/>

individual de cada uma das cidades brasileiras”. Quando da sua realização, na cidade de Mariana, em 2014, os organizadores do projeto escolheram justamente a Praça Gomes Freire como espaço útil a transmissão desses valores, por meio da exposição fotográfica característica de sua programação.



Figura 38: Exposição do projeto Moradores (2014) na Praça Gomes Freire⁴⁶



Figura 39: Projeto Moradores (2014), pessoas "reconhecendo" pessoas na Praça Gomes Freire⁴⁷

⁴⁶ Disponível em <http://projetomoradores.com.br>, acesso em 20 de janeiro de 2015

⁴⁷ Disponível em <http://projetomoradores.com.br>, acesso em 20 de janeiro de 2015

Aqui sim, um reflexo mais evidente da importância da existência de espaços públicos portadores de identidades coletivas. Afinal, qual lugar mais adequado para um projeto, destinado a fazer pessoas se interessarem pela história de outras pessoas, que a Praça Pública?! "Nessa linha de reflexão, fica claro que a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural em uma sociedade" (FONSECA, 2009, p.69).

A partir do exemplo da Praça Gomes Freire, com tudo o que foi apresentado neste trabalho, nos parece razoável propor uma relação direta da Praça Pública com a definição do patrimônio cultural de uma cidade. Conceitos como lugar, espaço público, identidade e a própria ideia de praça, se mostraram profundamente interligados e capazes de traçar contornos mais efetivos sobre o desenvolvimento cultural de uma comunidade, num esforço de ampliar a todas as camadas sociais a noção de pertencimento e a valorização que um patrimônio deve sustentar.

Considerações Finais

Este trabalho surgiu como resposta a uma provocação: O que é patrimônio cultural?

Buscamos, no decorrer do texto, não só questionar a usual cisão entre as faces material e imaterial do registro dos bens culturais, como observar um outro perfil de análise sobre os objetos a serem preservados.

Longe da pretensão de encerrar o debate, procuramos colaborar com a percepção de valor que os espaços públicos detêm para a formação daquilo que hoje somos culturalmente. A visão arraigada em relação aos bens preservados guarda em si uma limitação pela particularidade tipológica, estética e cronológica com que se apresenta. O que intencionamos trazer é um ponto de vista mais plural, que permita que uma maior parcela da população se sinta representada, de forma mais completa e mais complexa.

Neste contexto, chegamos à Praça Pública por vislumbrarmos nela um contorno gregário capaz de sustentar as experiências sociais que dão vida à nossa cultura. Ao analisar a definição mais objetiva do termo praça, nos deparamos com a ideia de *lugar público*, mas, o que isso realmente significava?

Esmiuçando a expressão, notamos o quão interessante é perceber que o senso comum está imbuído de significado. Pelas palavras de Ângelo Serpa (2011), fomos capazes de compreender que o adjetivo *público* denota, especialmente, uma característica de acessibilidade. Ser acessível é, assim, permitir que a diversidade esteja presente no espaço. É ser, tanto inclusivo fisicamente, permitindo o cruzamento de seus contornos, quanto transparente em seu significado e referências. É proporcionar a permeabilidade das barreiras simbólicas erigidas nos territórios, não impedindo (mesmo que não facilite) a troca de experiências entre seus participantes. Ser público, portanto, é ser variável, diverso, múltiplo.

Já para entender do *lugar*, foi necessário ir além do sentido locacional mais costumeiro. Por saber que o conceito de *lugar* é inerente à Geografia Cultural, visitamos as suas bases para uma definição mais complexa do termo. Por meio da análise fenomenológica, trouxemos a ideia do *lugar* como referência. Ou seja, um *lugar*, mais que um ponto localizado, é a porção do espaço capaz de exprimir a relação entre meio e indivíduo. Ele serve de referência espacial, mas também social, pois vivemos nos lugares. Dessa forma, podemos descrever um *lugar* como espaço experimentado ou vivido. Como local onde, por conta de nossas experiências de vida, construímos uma identidade.

Assim, entender que a praça é um lugar público, é mostrar que este é um espaço que, por ser acessível, permite a troca de experiências entre seus habitantes, mesmo que estes sejam diversos, construindo assim identidades coletivas. A praça, como apontou Paulo Casé (2000), é uma síntese da cidade, onde as vivências permutam valores e incrustam significados na face física do espaço.

Deste modo, a ligação entre a Praça Pública e a necessidade de delimitar um objeto patrimonial total, que englobe as materialidades e imaterialidades dos bens que representem a formação cultural de nossa sociedade, parece ter uma correspondência direta. Afinal, a praça é um local com características físicas bem delimitadas que repercute a simbolização das experiências sociais mais plurais.

Foi pensando dessa maneira que elegemos a Praça Gomes Freire como exemplo a ser abordado. A escolha por esta praça, em específico, de maneira alguma foi aleatória. A bem da verdade, ela serve para responder à nossa provocação inicial, também de forma provocativa.

A Praça Gomes Freire, é um exemplo contumaz da visão dicotômica e singular como os bens patrimoniais vêm sendo caracterizados. Ela segue perfeitamente o roteiro romântico da praça-jardim, é perceptivelmente marcada, do ponto de vista estético, por seu paisagismo e cronologicamente pelo período colonial – assim como todo o “Centro Histórico” de Mariana, do qual faz parte -. Por ter estas características, está protegida de intervenções mais radicais em sua arquitetura, por meio do tombamento de algumas edificações do entorno e do inventário que a descreve segundo sua paisagem.

No entanto, nos instrumentos legais de preservação, nada, ou muito pouco, é citado sobre sua relação com a cidade. Pouca consideração é dada, ao nosso ver, sobre sua peculiar ocupação popular no período colonial, os conflitos de interesses na adoção do estilo ajardinado ou ao caráter aglutinador e lúdico que este espaço vem consolidando ao longo dos anos.

Contraditoriamente, a manutenção do espaço por conta de sua importância cênica, também permite que esta mantenha as características sociais que levantamos anteriormente. Por estar sempre sob as luzes do patrimônio colonial, a Praça Gomes Freire consegue continuar com sua vocação de lugar do encontro e da convivência entre os seus habitantes.

A percepção desta contradição nos faz crer que a ideia de um instrumento de reconhecimento e valorização dos meios que transmitam nossa construção cultural é salutar e importa à garantia da memória social e da manutenção das identidades. Ao mesmo tempo, é

preciso repensar os motivos e os significados dos bens patrimoniais. É imperativo nos permitir reconhecer que outras Praças Públicas – ou outros espaços públicos, pensando de forma mais abrangente – também são reflexos das experiências de vida dos moradores de suas cidades e merecem atenção.

Por fim, novas questões, novas agendas podem ser fomentadas, seja sobre a importância de valorizarmos os espaços públicos e os instrumentos para fazê-lo, sobre a continuidade dos espaços de troca e a forma como elas acontecem, ou ainda, sobre as contradições e resoluções entre conflitos e encontros presentes na esfera pública. O horizonte que se abriu a nós, mostrou-se bastante rico.

Certo é que, depois deste trabalho, passamos a ver com outros olhos aquele que diz que *a praça é nossa!*

Referências Bibliográficas

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALVES, S. F. N. D. S. C.; FIGUEIREDO, M. A. D.; PAIVA, P. D. D. O. **História da Praça Gomes Freire**: o Jardim de Mariana. Lavras: UFLA, v. 1 (Coleção praças da Estrada Real. Série cidades históricas), 2010.

BENS Inventariados: Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas. **Portal do Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=1184>. Acesso em: 20 Maio 2015.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARSALADE, F. D. L. Educação e Patrimônio Cultural. In: (ORG.), G. G. **Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG, v. XXIII (Coleção Lições de Minas), 2002. p. 65-80.

CASÉ, P. **A Cidade Desvendada**: Reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 5 novembro 2014.

CORRÊA, R. L. Cultura e Cidade: Uma breve introdução ao tema. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas Urbanos**: Novas abordagens sobre a cidade. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 157-160.

CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z.; (ORG.) **Introdução à Geografia Cultural**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 167-186.

FERREIRA, A. B. D. H. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: O minidicionário da língua portuguesa. 4ª rev. ampliada. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONSECA, C. D. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. **TERMO de Mariana: história e documentação**, Ouro Preto, n. 17, p. 22-65, 1998.

FONSECA, M. C. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. ano IV, n. nº 7, p. 67-78, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_6_holzer.pdf>. Acesso em: 01 Novembro 2010.

ICOMOS - CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta de Washington. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas**, 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>>. Acesso em: 10 Janeiro 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informações completas Mariana-MG. **IBGE: Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/234JH>>. Acesso em: 25 Abril 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais: INRC 2000, Manual de Aplicação. **IPHAN**, 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 20 janeiro 2015.

MAGNOLI, M. M. Prefácio. In: ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 - [Coleção Quapá]. p. 9-10.

MORADORES: a humanidade do patrimônio histórico. **Projeto Moradores**. Disponível em: <<http://projetomoradores.com.br/home/>>. Acesso em: 20 Maio 2015.

NIGRO, C. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA-MG. Núcleo Histórico de Mariana-MG: Dossiê de Tombamento. **Conselho Municipal de Patrimônio COMPAT Mariana-MG**, Mariana, 2010/2011. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzWEnE8NnkDqdXNDdDhrT0s2d1E/view>>. Acesso em: 20 Maio 2015.

RANGEL, M. M. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: (ORG.), G. G. **Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG, v. XXIII (Coleção Lições de Minas), 2002. p. 15-36.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 - [Coleção Quapá].

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

SANTOS, J. L. D. O que é cultura. In: SANTOS, J. L. D.; PEREIRA, C. A. M.; FEIJÓ, M. C. **Coleção Primeiros Passos:** (O que é cultura), (O que é contracultura), (O que é política cultural). Integral. ed. São Paulo: Círculo do Livro, v. 14, p. 9-60.

SEGAWA, H. **Ao amor do público:** jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.